

# A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA VISÃO DOS PROFESSORES E DAS PROFESSORAS

**Raimunda de Souza Gomes**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

rda\_gomes@hotmail.com

**Resumo:** O trabalho em tela, procura analisar a visão que os professores e as professoras possuem acerca da valorização profissional, envolvendo na investigação os associados do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – SINTEAM, em exercício de sala de aula. Estabelece relação com as propostas de valorização definidas pelo sindicato e a interpretação que os dirigentes sindicais estabelecem entre as proposta do movimento sindical, o que é aprovado e vira lei e a maneira como isso é encaminhado junto ao magistério. O estudo se desenvolveu no sentido de averiguar a relação do sindicato com seus associados, na perspectiva de estabelecer o processo de construção coletiva tanto no acesso às informações, como na participação política em fóruns e/ou manifestações por ele encaminhadas. Em seguida buscou-se apreender as conceituações que os professores e as professoras possuem acerca do processo de valorização do magistério. Dialogando no sentido de compreender Entendendo

**Palavras – chave:** valorização profissional, professores, sindicato

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo integra a investigação realizada em 2005 para construção de dissertação de mestrado que discutiu a *Valorização Profissional dos Professores da Rede Estadual de Ensino na Perspectiva do Movimento Sindical nos anos de 1990*. E tem o objetivo de analisar a compreensão que os professores e as professoras possuem acerca da valorização profissional.

A investigação partiu do banco de dados do sindicato, separando os segmentos<sup>1</sup>, que o compõe. Constatou haver um contingente de 6.683 sócios na condição de docentes na rede estadual de ensino em janeiro de 2005, distribuídos em 2.832 na cidade de Manaus e 3.851 nos demais municípios do Estado. Foram selecionados para a investigação sócios de todas as zonas geográficas da cidade de Manaus<sup>2</sup>, de municípios que compõe as calhas de rio e dois ex-presidentes<sup>3</sup> dão sindicato, que exerceram mandatos durante a década de noventa do século XX.

A metodologia adotada nesse diagnostico relacional entre o sindicato e a base da categoria, foi via aplicação de questionários padrão com perguntas semi abertas e entrevistas que possibilitou apreender de maneira geral, o envolvimento entre o SINTEAM e os associados, como estes se vêem representados e como constroem seus conceitos de valorização profissional.

A pesquisa revelou um fato importante, acerca da maneira como os professores e as professoras tomam conhecimento da existência e atuação do sindicato. Sendo o intermédio de um colega e o material informativo do sindicato o carro chefe nas respostas. Dado que majora a relevância da organização por local de trabalho, reforçando a tese de que a escola é o *lôcus* do debate e organização dos trabalhadores em educação e o papel do interlocutor que vincula as

idéias do sindicato, levando o material e as informações do sindicato à escola e possibilitando aos trabalhadores, no local de trabalho<sup>4</sup>.

No tocante aos motivos que levaram os professores e as professoras a optarem pela sindicalização, a maioria dos investigados declarou, tanto na capital como no interior que tomaram a iniciativa de sindicalizar-se por conta própria, porém, reforçado pelo convite de um amigo já sindicalizado. Expressando mais uma vez a importância da organização por local de trabalho<sup>5</sup>, defendida ao longo da existência do sindicalismo como premissa na organização dos trabalhadores.

No entanto, a sobrecarga de trabalho<sup>6</sup> que os professores são submetidos na atualidade conjugada com outras dificuldades do cotidiano escolar têm diminuído significativamente o espaço de interlocução dos representantes do sindicato com os colegas de trabalho, na sua e em outras escolas.

## **2. A participação orgânica no sindicato**

Quanto a participação efetiva dos associados nas atividades do sindicato, as declarações evidenciaram que em Manaus, a maioria dos/as professores/as não priorizam participar dos fóruns de decisão ou atividades de formação em detrimento de outras atividades, mas, gostam de receber as notícias e comunicações do sindicato na escola, além de se sentirem representados pelo/a colega da escola que participa essas informações.

Ao contrário dos associados dos municípios do interior, onde a maioria declarou gostar de participar das atividades do sindicato, seja reuniões, assembléias ou atividades de lazer e cultural. O sindicato funciona com um espaço de articulação política e social para esses educadores.

A partir desta constatação é possível perceber que há um comportamento diferenciado entre os professores da capital e os professores do interior do estado. De modo que em Manaus a maioria se satisfaz em apenas ler o material informativo do sindicato, o que é positivo, porém insuficiente, do ponto de vista que esse é o único veículo de informação, produzido pelo sindicato com o objetivo de informar e formar a categoria politicamente.

Enquanto nos municípios do interior, os professores se declararam mais participativos na vida orgânica do sindicato, indo pessoalmente buscar as informações e participando dos fóruns de deliberação, e também atentos aos meios de comunicação de massa para receber as informações mais atuais.

Essa questão da informação a partir de terceiros, em Manaus, leva a uma reflexão, que apesar de não está posta no estudo, não passa despercebida nas respostas. A mulher. Se a maioria absoluta da categoria é formada de mulheres, obviamente que a maioria dos associados do sindicato, também são mulheres, mães e esposas que se desdobram no cotidiano para atender a escola e as atividades domésticas, principalmente no cuidado como os filhos, que associada a sobrecarga de trabalho e as dificuldades de deslocamento aumenta as chances de afastamento do sindicato. Fato que nos demais municípios é minimizado pela rotina e proximidade entre os

espaços, tornando os eventos do sindicato mais participativos<sup>7</sup> e também de encontros e bate papo.

Sobre as bandeiras de luta do sindicato tanto os professores e as professoras de Manaus como dos outros municípios se confundem, se dizem conhece, mas, não sabem descrevê-las. E de maneira ainda contraditória em alguns aspectos foram mencionadas: a luta pela implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, pelo Piso Salarial dos Professores previsto na Constituição Estadual, por concurso público, por melhores condições de trabalho e salários e valorização profissional.

Um dos entrevistados se reportou ao assunto da seguinte forma:

Eu penso que as bandeiras praticamente não têm mudado desde a criação do sindicato, a luta é por melhores condições de trabalho, melhores salários, uma educação de qualidade que satisfaça e prepare o cidadão para o mercado de trabalho e para a vida. Então as bandeiras são antigas, o que muda, são as formas de lutar, de reivindicar. Apesar de as lutas do SINTEAM não terem atingido o grau que todos nós gostaríamos, mas sabemos que [estas] contribuíram para as vitórias que temos hoje. Nosso salário, ainda não é aquele que almejávamos, mas já é melhor do que o que tínhamos anos atrás. A defesa do concurso público, a luta pela democratização da gestão nas escolas, que ainda não conseguimos, mas, já percebemos que isso já vai despertando um outro lado e as pessoas começam a perceber que isso daí é primordial (entrevistado 6, interior).

Corroborando com o pensamento anterior um outro entrevistado n.º 3 (três) diz:

As principais bandeiras nesses longos anos de luta têm sido com relação ao salário, sempre travando muitas lutas contra o governo do Estado e também contra a prefeitura de Manaus por melhores salários, ou seja, uma remuneração digna para a classe dos trabalhadores em educação, tem também a luta pela qualidade na educação e por melhores condições de trabalho, por entender que o magistério precisa ser valorizado (entrevistado 3, capital).

No sentido de tornar mais clara a questão o ex-presidente do sindicato nesse período se manifesta dizendo que:

As bandeiras de luta nós podemos resumi-las basicamente em quatro grandes bandeiras que o movimento sindical vivenciou e que ainda hoje vivencia, que são: melhores condições de salário, melhores condições de ensino, melhores condições de trabalho e liberdades democráticas (ex-presidente 02).

Portanto, no que se refere às bandeiras de luta há uma harmonia nas opiniões tanto dos (as) professores (as) de Manaus como do interior do Estado, assim como do dirigente da época, o que nos leva a inferir que a comunicação entre a direção e a base acontece. Apesar de acrescentar esse ou aquele argumento, o fato é que a principal bandeira é por salário<sup>8</sup>, ou seja, a questão econômica continua sendo o carro-chefe do movimento de professores no Estado do Amazonas.

### 3. Como os professores e as professoras entendem a Valorização do Magistério

A questão, neste tópico, é discutir a Valorização do Magistério a partir do entendimento dos (as) professores (as) e começamos perguntando se ele ou ela se sente valorizado enquanto profissional do magistério. A ampla maioria dos investigados disse que não.

Alguns declararam sentir-se valorizado (a), mas, não por alguma ação do poder público e sim pela realização de ver seus alunos terminarem seus estudos e se tornarem cidadãos de bem e, por gostar da profissão e considerá-la de grande relevância social. Observamos algumas das respostas obtidas:

- Falta o respeito do governo para com a categoria;
- Porque os governos não valorizam os professores;
- Por causa dos baixos salários;
- Porque o salário é péssimo e as condições de salário são muito ruins;
- Porque a sociedade brasileira desqualifica o profissional do magistério;
- Porque professor não é trabalhar só por amor, mas por ser um profissional, portanto, é preciso ter um salário adequado.

Esse quadro de insatisfação, chegando em alguns momentos a um sentimento de raiva ou frustração, vai se evidenciar mais ainda quando partimos para o conceito de Valorização Profissional.

Ao perguntarmos sobre o que os (as) professores (as) consideram Valorização Profissional também tivemos os mais diversos conceitos. Havendo uma semelhança muito forte nas respostas dos dois blocos, no entanto, a questão salarial e o respeito voltam novamente à cena em maior quantidade.

Em Manaus, a maioria acha que ser valorizado é ter um salário digno, respeito como profissional e uma qualificação que se reflita no salário. Segundo o entrevistado 7 da capital:

A questão da valorização passa evidentemente pelas condições necessárias para que o trabalhador da educação venha a ter qualidade no sistema de ensino e aprendizagem e na sua própria condição de vida. Fica difícil desenvolver um bom trabalho quando você não tem toda uma condição necessária e fundamental para o bom desempenho do educador, inclusive condições para se programar, estudar se planejar. Nesse sentido sempre foram bandeiras do movimento sindical não só a questão salarial, mas também a questão da qualidade do ensino e das condições de trabalho dos trabalhadores em educação. O Estado nunca priorizou a questão salarial dos professores, sempre optou por uma política de arrocho salarial, aquém da necessidade do professor e de sua família, apesar da arrecadação do Estado aumentar todo ano, isso não é revestido no salário do professor (entrevistado 7/capital).

Na opinião do ex-presidente ele procura demonstrar que a valorização deve ir além da questão salarial, quando diz:

Quanto à questão da valorização profissional há um entendimento diferenciado do que o governo aborda, por exemplo, o que nós pensamos de valorização implica elementos como a própria questão salarial, a democratização na escola, a busca da dignidade através de mecanismos de participação, então a questão da valorização profissional

ela vai além da questão salarial. Eu diria que ela aborda aspectos de cunho político na medida em que aponta para uma maior inserção da categoria nas decisões não somente da entidade, definindo prioridades, também para o Estado, na medida em que intervém ou tenta intervir nas políticas governamentais propondo e abrindo o debate mesmo, nos seminários e nas assembleias (ex-presidente 01).

Na opinião dos sócios do interior do Estado, além do respeito e de um bom salário, eles querem também boas condições de trabalho, o reconhecimento da formação e a possibilidade de continuar os estudos. Ou seja, já remetem para a questão da formação. Entendem que a valorização refere-se ao salário e à formação como condição necessária para execução do trabalho e consequentemente para subsidiar melhores salários. Nas entrevistas tivemos a oportunidade de colher os seguintes depoimentos:

Valorização é ter um salário condigno com a importância da profissão e no caso da nossa, em que sem o professor não existiria nenhuma outra profissão mais ainda. Mas infelizmente o nosso salário de hoje é dez vezes menor do que era há uns 20 anos, estamos perdendo o poder aquisitivo. Para sermos de fato valorizados o governo teria que pelo menos cumprir a Constituição que garante um piso de três salários mínimos para os professores em início de carreira, mas eu acho que o ideal seria uns cinco salários por uma jornada de vinte horas semanal (entrevistado 16 interior).

Reforçando essa opinião outro diz:

Valorização é a materialização, ou o reconhecimento do nosso fazer através de um bom salário que garanta aos trabalhadores uma boa qualidade de vida. Portanto, valorização requer uma boa formação, pois eu vejo que só através dessa formação é que nós professores vamos moralizar a profissão, por que antigamente qualquer pessoa podia entrar numa sala de aula e se dizer professor, agora a nova legislação impede, para ser professor tem que ter formação adequada. Todos precisam ter curso superior para entrar no magistério. Ainda falta muito para se fazer, mas já houve um grande avanço (entrevistado 17 interior).

No que se refere ao conhecimento da legislação educacional sobre a valorização profissional, 83% dos pesquisados em Manaus se declarou conhecedor e 85% dos pesquisados no interior, o que é muito positivo, pois, o recente processo de formação em que a categoria foi submetida, provavelmente discutiu essa questão da legislação educacional, já que tem relação direta com a profissão.

Com relação às propostas de Valorização Profissional do Magistério defendida pelo sindicato, percebemos, em Manaus, uma grande contradição<sup>9</sup> nas respostas em que apenas 41% dos pesquisados disseram conhecer e justificaram suas respostas, porém, os que disseram não conhecer também justificaram suas respostas, citando principalmente as lutas empreendidas recentemente (implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salário, melhoria das condições de trabalho e aumento do financiamento público para a educação pública), o que demonstra que os professores ou não concebem essas lutas como bandeiras pela valorização ou não atentaram a pergunta.

Já no interior do Estado 83% declararam conhecer as propostas e as definiu assim como a capital: melhores condições de trabalho, Planos de Carreira, Piso Salarial, Plano Nacional de Educação e a Carreira Única do Magistério.

Investigamos também o conceito de valorização defendido pelo sindicato e o adotado pelo governo, que se consubstancia na legislação, para perceber se existe semelhança entre os dois. A resposta da ampla maioria foi não e as justificativas, tanto em Manaus como no interior do Estado, foram no sentido de que o governo faz propaganda enganosa, não possui intenção de cumprir a própria legislação. Vide o caso do piso salarial, que está na constituição, mas não é cumprido.

Por outro lado, o sindicato se preocupa em propor questões que de fato possam valorizar os professores, como é o caso do concurso público, da reformulação do PCCS e do pagamento da URV. Ou seja, governo e sindicato possuem interesses distintos e, se não fosse assim, não haveria motivos para existir o sindicato.

### **3.1 O que os professores pensam sobre a Carreira do Magistério**

Com relação à Carreira do Magistério, a abordagem feita na pesquisa demonstrou haver uma grande confusão para a maioria dos (as) professores (as) entrevistados no que seja cargo e carreira, não tendo clara a compreensão de que a carreira está inserida na profissão e que esta se configura pela evolução nos níveis e referências, ou seja, as promoções.

A carreira do magistério na minha visão é uma das carreiras mais bonitas que existe, muito mais bonita do que qualquer outra, porque todos os outros profissionais passam pela mão do professor, tanto faz ser na base como no ápice, já no doutorado, por exemplo, porém, eu fico triste por que mais uma vez eu repito, nós não somos valorizados nem pela sociedade, nem pelos governantes e as vezes nós próprios não nos valorizamos. Então, para mim a carreira do magistério, ela deveria ter muito mais apoio da sociedade dos governantes para que nós pudéssemos ter de volta aquele antigo respeito, que nós tínhamos não faz muito tempo, eu diria que a uns 30 anos atrás (entrevistado 04, capital).

Esse outro entrevistado possui opinião diferente sobre a Carreira, para ele:

A nossa carreira depende de nós mesmos valorizá-la a cada dia, pesquisando e aprimorando nossos conhecimentos, já que o governo não esta nem um pouco interessado. Toda vez que nós entramos na internet e pesquisamos sobre um determinado assunto, lemos um livro, nós estamos adquirindo conhecimentos e nos valorizando, pois melhoramos na nossa função acadêmica. A maior virtude de um professor não é o hoje e sim o futuro, é o conhecimento que ele passa, porque o aluno que ele forma hoje, amanhã poderá ser um colega de profissão. Se nós não nos espertarmos [para] essa situação, poderemos no futuro até ser alunos de nossos alunos (entrevistado 05 interior).

Na opinião desse outro, “a carreira é outra ilusão, porque tem gente que terminou o curso superior faz dez anos e essa carreira ainda não aconteceu. Para haver uma carreira tem que ser respeitado o plano de cargos e salários” (entrevistado 08 interior). A esse respeito o ex-presidente do sindicato diz:

Eu acredito que falar da carreira do magistério público é falar das nossas eternas lutas pela melhoria das condições de ensino, de salário e até condições de trabalho. E também, evidentemente, de falar da liberdade democrática, porque falar também sobre a eleição para diretor de escola, gestão democrática, isso poderia, digamos assim, estar separado da carreira em si do professor mais as outras três bandeiras não, elas estão inseridas dentro dessa questão da carreira porque melhores condições de salário você não consegue se não tiver essa perspectiva de plano, melhores condições de ensino também, você não consegue se não tiver uma melhoria salarial que depois vem acompanhado de uma melhoria das condições de trabalho e ensino dentro do ambiente da escola (ex-presidente 02).

No nosso entendimento, assim como já foi dito no capítulo dois deste trabalho, a carreira deve garantir a ascensão profissional do (a) professor (a) através de mecanismos legais do ingresso à aposentadoria, organizada horizontal e verticalmente no plano de Cargos, Carreira e Salário. Entretanto, fica claro que a temática merece ser mais discutida para que a categoria assimile o conceito formal de carreira profissional.

### **3.2 Como os (as) professores (as) vêem a questão salarial**

Percebemos que este é o nó da questão “Valorização Profissional”. Há por parte dos educadores uma enorme frustração quando se reportam ao salário, é como se ao falar viesse à tona todos os seus fantasmas da falta de condições para ter uma vida mais digna. Nesta questão eles se angustiam, chegam a demonstrar raiva e revolta pela falta de reconhecimento da profissão.

Nas falas dos entrevistados fica claro que todos lamentam a negligência do poder público em reconhecer a relevância da profissão e recompensar com um bom salário.

Para mim, salário é você receber dignamente para se manter e manter sua família, infelizmente nós temos muito trabalho para recebermos tão pouco. Eu digo até que, aqueles que têm só uma cadeira trabalham por duas, então o que falta é a diminuição da jornada, para se ter um pouco mais de tempo para a família. No entanto, o salário influencia também na formação, porque com um salário melhor, respeitoso daria para o professor dar uma aula melhor e se qualificar melhor também (entrevistado 04 interior).

As opiniões se completam nas diferentes falas:

[...] O salário, todos nós sabemos que não somos pagos dignamente. Eu gostei muito de um livro que eu estou lendo que diz assim: escola que reprova é boa? Então hospital que mata também é bom. Eu gostei muito, por que isso reflete no que nos estamos querendo no nosso trabalho. Então nosso salário não é justo uma vez que nós estudamos para isso, nos capacitamos para isso. Nós fazemos de tudo para que o péssimo salário não influencie tanto, porque senão nós não conseguiríamos fazer nada na sala de aula. Existem muitos professores e poucos educadores, o professor é um mero transmissor de conhecimento e o educador é aquele que se preocupa em transmitir e transformar o pensamento do aluno, despertando a consciência crítica dos fatos (entrevistado 10 interior).

É importante destacar na fala do entrevistado nº10 do interior sobre ser educador, relacionando com a questão da profissão e do salário. A profissão docente muitas vezes tem sido

rebaixada devido aos problemas relativos ao ato de ensinar, ou seja, muitos profissionais por estarem com salários defasados afirmam que “trabalho quanto ganho, como ganho pouco”. Almeida (2006, p. 94) ressalta que:

Essas preocupações inserem-se no campo do que vários autores denominam de *profissionalidade docente*, ou seja, referem-se aos modos como a constante acomodação profissional vai permitindo novas maneiras de os sujeitos professores se entenderem como profissionais capazes de desempenhar suas funções.

Na mesma linha de insatisfação fala um ex-presidente:

[...] o problema do salário é que o valor não atende essa necessidade mínima do educador, a prova disso é que a maioria dos trabalhadores em educação são obrigados a trabalhar três turnos, então, quer dizer, os salários hoje estão num valor muito inferior que aquilo que os educadores mereceriam ganhar, então eu acredito que a luta pelo piso salarial é uma luta presente e a referência que deve ser tomada, são as condições mínimas necessárias para que o trabalhador possa viver com dignidade adquirindo tudo aquilo que é necessário, não somente para a profissão, mas dá própria condição humana (ex-presidente 01).

A fala desse último entrevistado traz à tona uma questão que, no nosso entendimento, é fundamental para se resolver o problema dos baixos salários, que é o piso salarial profissional nacional garantido em lei, com mecanismos de reajuste para evitar a defasagem salarial.

Tomando como objeto os documentos analisados no capítulo dois podemos dizer que, no entendimento do movimento sindical, o salário é de fato a base de sustentação do conceito de valorização profissional, já que é através dele que a sociedade capitalista define o valor da força de trabalho.

Portanto, a luta contra o grande capital deve ser travada diuturnamente na perspectiva de consolidar na prática conquistas previstas na lei, como é o caso do Amazonas, onde piso salarial é lei, está escrito na Constituição estadual, mas o governo pediu a inconstitucionalidade ao superior tribunal federal e até hoje não saiu do papel.

### **3.3 Como os (as) professores (as) vêem a questão da formação**

Esse é um ponto que não pretendemos discutir com profundidade, porém, faz parte do que chamamos de tripé da proposta de valorização que o movimento construiu ao longo de sua história. Ao investigarmos a opinião da categoria sobre a temática, tivemos a confirmação de que a nossa análise sobre o processo de formação que vem sendo implementado pelos governos converge com a opinião da categoria.

A formação<sup>10</sup> é fundamentalmente um processo e não um fim em si mesma como vem sendo feito a toque de caixa, para responder aos interesses internacionais, priorizando somente a formação inicial e secundarizando a formação continuada em todos os níveis de atuação do magistério. A qualificação é uma construção conforme explicita Mourão (2006a).

Vejamos o que dizem os professores.

Hoje, nós vivemos numa sociedade que a cada momento precisa que nós estejamos preparados para enfrentar o mercado de trabalho e nós percebemos que falta muito isso para o professor. O professor não pode sair da sala de aula para fazer uma pós-graduação, para tentar um mestrado fora, na realidade até existem alguns programas, até existe essa cobrança das secretarias estaduais e municipais nesse sentido, no entanto, o que nós percebemos é que existem barreiras para que esse profissional possa seguir seu caminho, possa progredir na sua carreira, na sua formação (entrevistado 12, capital).

Vamos perceber nas falas que existem opiniões convergentes e divergentes, enquanto uns criticam outros elogiam, mas no geral reconhecem o passo importante que foi dado no sentido de garantir mais qualidade à educação.

A formação já esteve pior, agora já está melhorando e a tendência é melhorar cada vez mais, porque hoje o mercado exige um profissional bem formado, não só formado nas bases da política como também nas bases do aprendizado. A formação que os professores foram obrigados a fazer foi boa, na minha opinião foi boa, mas é claro que, para que ela se torne mais coesa é necessário até mesmo a boa vontade política do governo, de um salário melhor para que o professor pobre possa pagar a sua formação, porque quando nós pagamos a nossa formação, nós pagamos a formação que nós queremos e não aquela que nos é imposta (entrevistado 10, capital).

A fala do entrevistado 10 da capital traz uma discussão importante que é relacionada ao público/privado. Segundo Mourão (2006b, p.266).

A escola incorpora a linguagem empresarial de gestão, fomenta na instituição a lógica do público a qual se confunde com a lógica do privado. Estes mecanismos são imperceptíveis, vão tecendo fios que engessam a escola pública brasileira.

É justamente esse engessamento que dá suporte para deslocar o real problema por que passa a escola pública e os processos de formação. Há concretamente uma confusão entre o coletivo e o individual. A formação não deve priorizar somente o indivíduo, o processo de formação institucional busca propiciar mecanismos para que o professor possa exercer sua profissão.

Para Frigotto a qualificação para o educador também implica a capacitação para ser dirigente. Nos dizeres do autor:

Esta capacitação é construída, sobretudo, através da participação em organismos coletivos como: sindicatos, movimentos sociais, associações científicas e culturais, partidos político – ideológicos portadores de um projeto alternativo de sociedade (FRIGOTTO, 1996, p. 1001).

Opinião defendida também pelo ex-presidente do SINTEAM que percebe a formação um processo de lutas travadas ao longo da história do movimento de professores, o *locus* da formação desses dirigentes.

A questão da formação ela se apresenta da mesma forma que se apresentam às prioridades dos governos e vai aparecer de forma mais ou menos intensa de acordo com aquilo que os governos colocam sobre a educação. Num país em que os governos federal e estaduais não cumprem o que deveriam cumprir, buscando subterfúgios para não investir o que deveriam na educação, então, nós vamos verificar que a formação vai caminhar tão lenta quanto essas proposições dos governos nesse setor, mas apesar, eu diria, dessa indisposição, nós sabemos que pelo menos há duas décadas a maioria dos professores não tinha licenciatura e a CPB depois a CNTE vem trazendo essa luta, e aqui a APPAM depois o SINTEAM vem construindo essa luta pela melhoria na formação dos professores e nos últimos anos se consegue um investimento específico com o FUNDEF para a formação dos professores, mas aí tem a questão, uma coisa é o que foi assegurado na lei, outra é como se configura essa formação (ex-presidente 01).

Opinião que se repete na fala do entrevistado número 16.

A formação foi uma grande conquista dos trabalhadores. Beneficiando principalmente os professores do interior, onde hoje, eu acredito ter quase 100% com formação superior, que antes era apenas um sonho. Entretanto, essa formação foi boa para o momento, o que não significa dizer que nós não precisemos mais de formação, ela deve continuar, porque o que a gente sempre defendeu foi à formação continuada, em que após um curso se pudessem fazer outros, eu acho que o sonho nosso é chegar pelo menos ao mestrado e isso é o governo que deve promover (entrevistado 16, interior).

Os três aspectos da valorização do magistério – salário, formação e carreira – são essenciais para construção social da docência que, segundo Mourão (2006 b, p. 267), “perpassa pelo entendimento da qualificação como construção social”. A profissão do magistério é construída em um processo que é contínuo, contraditório e coletivo.

## BREVES CONSIDERAÇÕES

O entendimento que se tem acerca das questões levantadas pelo sindicato com relação à Valorização dos Profissionais do Magistério possui ressonância na categoria, mesmo porque elas são discutidas nos fóruns organizativos da entidade, tais como reuniões de diretoria, assembleias e congressos tanto em nível local, regional e/ou nacional partindo, portanto, da própria materialidade da vida.

No entanto, ficou patente a falta de disposição de uma parcela significativa de professores e professoras em participar da vida política do sindicato. Demonstrando uma grande apatia na tomada de posição frente às exigências impostas pela reestruturação educacional do país, acompanhando de maneira passiva na escola, de longe sem se envolver diretamente.

Ao analisar esse quadro, destacamos a força ideológica que o poder público possui ao dissemina por meio de seus intelectuais orgânicos, a divulgação de informações fantasiosas com o intuito de confundir a categoria e a opinião pública, se apropriando das propostas defendidas pela categoria, (re) significando-as e propagandeando que todas as reivindicações estão atendidas, quando de fato o que buscam é minimizar essas bandeiras de luta, transformando-as em meras formulações legais e com nova conceituação.

Isso ocorreu com a formação (em nível médio e superior), cuja obrigatoriedade foi in-

corporada na lei sem, no entanto, garantir o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com isso, muitos processos formadores acabam não respondendo às reais necessidades dos profissionais em educação.

Com a definição de Piso Salarial que ao ser incorporado na lei tornou-se uma orientação sem definição de valor, não garantindo de quanto seria nem a obrigatoriedade de seu atendimento. E também com relação à Carreira percebemos uma total falta de compromisso do Poder Público, pois em que pese a lei assegurar a ascensão profissional, ou seja, a mobilidade funcional no cargo, mais conhecida como promoção horizontal e vertical, na prática sofre restrições quanto à sua aplicabilidade.

Fato perceptível na legislação estadual, mais precisamente no Plano de Cargos, Carreira e Salário dos servidores da SEDUC aprovado no final de 2003 em que os níveis salariais não respondem as expectativas dos professores que apesar de estarem com o diploma do curso superior na mão, não se sentem valorizados pelo esforço empreendido, tornando-os frustrados e sem expectativa e descrente qualquer possibilidade de mudança.

Percebemos, ainda, que a educação de qualidade defendida historicamente pelo movimento de professores está se perdendo no discurso, pois, muitos professores e professoras estão sendo cooptados(as) pelo sistema, para executar ações de caráter participativo no interior da escola, com a justificativa da parcerias, através de projetos, como é o caso dos “amigos da escola”, secundarizando a questão de fundo que é a defesa da escola pública gratuita e de qualidade mantida pelo poder público, com verba pública.

Essa é uma questão sobre a qual o movimento sindical precisa refletir, qual o papel do educador e da escola, que alternativas podem ser apontadas para melhorar não os índices de qualidade do ensino, mas fundamentalmente, da qualidade de vida e saúde dos trabalhadores, porque os professores as professoras individualmente não encontrarão respostas para questões tão complexas.

É preciso mudar o curso da história, disputar a hegemonia no processo de formação ideológica da categoria, disputar as mentes e os corações desses professores(as) na perspectiva de constituírem-se como promotores e disseminadores de uma nova ordem social, que o sonho não acabou, que o capitalismo não é eterno e uma outra sociedade ainda é possível.

Que a Valorização Profissional do Magistério só será possível quando os professores se indignarem não com o salário, que é pouco, ou com a sala de aula que é quente e lotada, tão pouco com a superjornada fruto dos baixos salários ou reclamarem sozinhos na escola. Mas com o sistema que explora e expropria cada vez mais os trabalhadores e que somente a união dessa *classe – que- vive - do trabalho*, de maneira organizada poderá mudar a lógica que hoje está definida para a educação, onde a mesma é vista não como investimento, mas como gasto que onera os cofres públicos.

Concluimos chamando a atenção para as nossas próprias atitudes, enquanto educadores e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora: a lógica do mundo globalizado é a negação da ação coletiva e nós, muitas vezes, nos deixamos envolver pelas armadilhas do sistema, preocu-

pados em resolver nossos problemas, partimos para o individualismo. A nossa prática deve ser condizente com os nossos ideais, se penso educação como um direito social, vou lutar por uma escola pública gratuita e de qualidade.

Banir do nosso meio o discurso de que o magistério é vocação e que o professor trabalha por amor e reforçar o da profissionalização, sob pena de contribuirmos com a desvalorização, se não entendermos que o magistério para ser bem remunerado precisa ser encarado como profissão, que para exercê-la, é necessário ter formação adequada, carreira organizada que lhe possibilite ascender na profissão e salário digno.

## NOTAS

(Endnotes)

- 1 O Estatuto Social do sindicato dos trabalhadores em educação do estado do Amazonas – SINTEAM define com abrangência de sua atuação todos os trabalhadores em educação das redes públicas de ensino estadual e municipais. E define como trabalhadores todos os profissionais envolvidos no processo ensino e aprendizagem, tanto os de atividade meio como os de atividade fim: professores, pedagogos, administrativos e aposentados vinculados aos sistemas de ensino ou desempregados por um período de até dois anos.
- 2 A divisão organizativa do sindicato em zonas compreende a divisão administrativa da cidade: zona norte, zona leste, zona centro sul, zona sul, zona oeste e zona centro oeste. Além dessas zonas tem ainda a zona rural que compreende a área ribeirinha e rodoviária, mas que ainda não possui organização formal, ou seja, estatutária.
- 3 Durante a década de noventa o SINTEAM possuiu quatro presidentes três homens e uma mulher. Ralcilene Santiago (1989 a 1991); Adonay Sabá (1991 a 1993); Eliomar Mota (1993 a 1995); Paulo Assunção (1995 a 1997 e 1997 a 1999), destes quatro apenas dois permanecem na categoria, na base da categoria. A título de informação, de outubro de 1999 a novembro de 2005 foi presidente do sindicato a professora Raimunda Gomes, autora da pesquisa. Por isso, as entrevistas limitam-se aos dois presidentes Eliomar Mota e Paulo Assunção.
- 4 Paulo Sergio Tumolo, no seu livro da contestação a conformação – a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva, aborda a questão da organização por local de trabalho como um dos principais eixos de orientação política da CUT para seus sindicatos. “O sindicato sabe da necessidade de organizar os trabalhadores em seus locais de trabalho, então surge o curso de OLT – Organização por Local de Trabalho” (TUMOLO, 2002, P.150).
- 5 No SINTEAM essa pessoa é o chamado representante de turno.
- 6 Batista e Codo (1999, p. 308) dizem que a participação regular dos trabalhadores no sindicato pode significar praticamente uma dupla jornada de trabalho. Pense – se no trabalhador em educação que cumpre uma jornada de trabalho na escola, ou nas escolas, no período da manhã e da tarde, e que, em seguida se dirige ao sindicato da categoria porque está comprometido com campanhas ou mobilizações, etc. Na verdade é como se tivesse dois trabalhos, um remunerado e outro sem remuneração.
- 7 Na pesquisa retrato da escola, os professores que participaram estão compreendidos entre as duas maneiras de participar do sindicato: ativos e passivos. Segundo Batista e Codo apud Bobbio (1999, p.303) a participação pode ser ativa, quando o sujeito desenvolve seja dentro ou fora da organização, uma série de atividades por delegação ou que ele mesmo pode promover [...]. Já o termo participação, propriamente dito, implica na contribuição direta ou indireta para uma decisão política.
- 8 Os sindicatos para Losovsky (1989) não são concebidos como meras organizações econômicas, mas, sobretudo como organizações políticas que deveriam liderar os trabalhadores na luta pela superação do sistema capitalista de produção. Só assim, para o referido autor, a sociedade poderia passar do reino da necessidade para o reino da liberdade.
- 9 De acordo com o capítulo dois desse estudo as propostas de valorização do magistério defendidas pelo movimento sindical estão diretamente ligadas a luta pela formação, pelo piso salarial, pela implantação dos planos de carreira e a participação democrática nos fóruns deliberativos da escola.
- 10 Frigotto (1996, p. 92) chama atenção para os processos de formação e profissionalização dos educadores restrita as exigências do Banco Mundial e CEPAL com ênfase apenas no processo de escolarização necessária ao processo de trabalho e questiona. Que tipo de educador queremos formar, na perspectiva adaptativa ou transformadora e diz: a formação, qualificação e profissionalização humana do educador, numa perspectiva contra – hegemônica, centra-se em uma concepção *omnilateral* de dimensões a serem desenvolvidas que envolvem o plano do conhecimento histórico – científico e, igualmente, os planos bio-psíquico, cultural, ético – político, lúdico e estético.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA

- ALMEIDA, Maria Isabel. **A reconstrução da profissionalidade docente no contexto das reformas educacionais – vozes de professores na escola ciclada**. In: SILVA, Aida (et all) Políticas Educacionais, Tecnologias e Formação do Educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino. Recife: ENDIPE, 2006.
- AMAZONAS, Governo do Estado do. **Plano de Cargos, Carreira e Vencimento**. SEDUC: Manaus, 1996.
- , Governo do Estado do. **Plano de Cargos, Carreira e Remuneração**. SEDUC: Manaus, 2004.
- CNTE. **Magistério Público: Diretrizes para a Carreira e Remuneração**. Caderno de educação nº 06: Brasília, 1997.
- CODO, Wanderley (org.) **Educação: carinho e trabalho**. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação / Universidade de Brasília – Laboratório de psicologia do trabalho. Petrópolis – R.j. Vozes, 1999.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação e a profissionalização do educador: novos desafios**. In SILVA, Tomaz Tadeu da & GENTILI, Pablo (org.). *Escola S. A.* – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, CNTE, 1996.
- MOURÃO, Arminda Rachel. **O currículo por competência e a formação de professores**. In: SILVA, Aida (et all) Políticas Educacionais, Tecnologias e Formação do Educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino. Recife: ENDIPE, 2006b.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 3 ed. Campinas - S. P. Autores associados, 1997. Coleção educação contemporânea.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da Contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas , SP: editora da UNICAMP,2002